



capes

**COORDENAÇÃO
DO APERFEIÇOAMENTO
DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES)**

presidência — Tarso de Moraes Dutra, Ministro da Educação.

conselho deliberativo — Antônio Moreira Couceiro (presidente do C.N.Pq.), Amadeu Cury, Donatello Grieco, Eduardo Faraço, Edrízio Barbosa Pinto, Francisco Vítor Rodrigues, Hélios Bernardi, José Arthur Rios, José Walter Bautista Vidal, Kurt Politzer, Maria Aparecida Pourchet Campos, Neila Leal Costa, Oscar Machado da Silva, Orlando Magalhães Carvalho.

Suplentes — Abelardo de Brito, Erb Velleda, Francisco Degni, José de Paula Lopes Pontes, Otto Guilherme Bier.

diretoria - executiva — Mário Werneck de Alencar Lima.

*Universidade
Federal
da Bahia*

Roberto Figueira Santos

O Plano de Investimento da Universidade Federal da Bahia para a construção e o equipamento do Centro das Ciências Básicas — principal programa a ser desenvolvido no triênio 68/70, paralelamente à reestruturação do ensino — já apresentado ao Ministério do Planejamento, compreende despesas no total de 16 milhões de cruzeiros novos e deverá elevar a capacidade da Universidade, ao fim de 1970, para cerca de 10 mil alunos. As duas peças básicas desses investimentos são o convênio firmado entre a UFBA e a UNESCO e o empréstimo feito pelo Banco Interamericano do Desenvolvimento ao Governo brasileiro, no qual a Universidade foi contemplada com 2,5 milhões de dólares.

Este programa solidificará, definitivamente, as diretrizes preconizadas no projeto da reestruturação embora seja esta uma reforma parcial que não resolverá o progra-

ma geral do ensino superior, não atingindo o atual "status" do pessoal, principalmente do pessoal docente, mas que permitirá o emprêgo mais racional dos meios de trabalho de que dispomos. Apesar disso ela se constitui no instrumento necessário ao atendimento das exigências da Bahia, Estado que se transforma em ritmo acelerado.

A partir deste programa, com o convênio e o empréstimo perfeitamente integrados entre si, a Universidade se colocou em condições de, num prazo relativamente curto — três anos — pôr em funcionamento cinco Institutos considerados de primordial importância para o desenvolvimento da Bahia e do Nordeste e, mesmo, para o desencadeamento de um ritmo agressivo nas suas atividades, uma vez que eles constituirão o núcleo da educação científica da UFBA. Segundo estudo por nós realizado, a média do aumento de candidatos que escolheram os cursos de ciências da Universidade foi de 12%, desde 1960, e esperamos que ela se mantenha, pelo menos, até 1973, quando deverá aumentar consideravelmente. Isto não só porque a adoção do sistema comum de ingresso na Universidade facilitará um aumento de número de vagas, como pelo novo sistema de cursos propedêuticos, cuja implantação obrigará aos estudantes o estudo das ciências durante o primeiro ano universitário.

Para este ano, os aspectos de maior vulto na nossa atividade são a construção dos Institutos de Matemática e Geociências, a continuação das obras das Escolas de Farmácia e Arquitetura e do Colégio de Aplicação, e a implantação da Gráfica Universitária. Isto quanto ao setor de expansão física. Com relação ao ensino, começamos já a instalação dos cursos de pós-graduação nos diferentes ramos de Ciências Básicas e, gradualmente, estamos aplicando as normas de admissão de pessoal docente, por contrato, com vista ao aprimoramento do ensino universitário. Além disso, ao término deste ano, não somente deverão estar implantadas todas as unidades criadas no Plano, como

deverá estar minuciosamente programada a atividade de cada uma delas, dentro da nova estrutura.

Evidentemente, a instalação destes institutos violentará a tradicional estrutura universitária, assentada, até aqui, sobre escolas interligadas unicamente por exigências administrativas e orçamentárias e fará com que germine, eficientemente, o estabelecimento de uma Universidade verdadeiramente impregnada desse espírito. Os Institutos permitirão, também, que se ponham em prática as verdadeiras funções da Universidade, ligando-a aos problemas do meio em que vivem seus alunos e participando, muito mais ativamente, do processo de desenvolvimento regional, atualmente em curso.

Aliás, creio estarmos fazendo na Bahia uma experiência inédita, no País, ao estabelecermos um programa de entrevistas com os auxiliares imediatos do Governo do Estado e com figuras expressivas das atividades da iniciativa privada, visando a recolher sugestões à programação das atividades de ensino e pesquisa universitárias. Com isso voltaremos toda a nossa atividade para a esquematização e tentativa de solução dos problemas do meio, sem, contudo, perder de vista a dimensão internacional dos problemas humanos e a universalidade de conhecimento, mas optando pelo emprêgo de métodos e técnicas aos problemas mais próximos. Partindo do meio, esperamos não só formar, atualizar ou treinar profissionais e pesquisadores, como também prestar assistência técnica à comunidade.

A par disso, estamos montando, já este ano, no Instituto de Física, cinco instalações técnicas para estudos científicos altamente especializados, através dos quais pretendemos intensificar, na Bahia, o desenvolvimento da pesquisa nuclear. O projeto prevê a instalação completa dos laboratórios até fins de 1970, mas os trabalhos começarão desde agora, inclusive com o envio de professores daquela unidade universitária à França, onde farão um estágio preparatório de seis meses, visando a um melhor desempenho na montagem e no funcionamento do aparelha-

mento local. O primeiro destes laboratórios, o "Carbono 14" já foi comprado na França, com a ajuda de 30 mil dólares doados pelo Conselho Nacional de Pesquisas.

No setor da Engenharia Civil estamos desenvolvendo, em conjunto com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil de Lisboa, um Programa de Aperfeiçoamento de Pessoal e Desenvolvimento da Pesquisa Tecnológica que preparará, até 1970, 17 pessoas da Universidade, dotando-a de pessoal docente e de pesquisa capaz de promover o desenvolvimento da investigação tecnológica neste campo.

Como instituição integrada que deve ser, a UFBA orienta-se em três direções: integração como sistema de ensino e de pesquisa, integração no meio e integração no moderno pensamento científico, objetivando transformar a Universidade em um dos centros dinâmicos da cultura brasileira, da ciência e da pesquisa para o Nordeste, de formação de quadros de elevada qualificação, apta a satisfazer as exigências do mercado de trabalho e do desenvolvimento regional.

A realização do nosso projeto de investimento colocará a Universidade Federal da Bahia em condições de expandir a oferta de profissionais de nível superior, em proporções compatíveis com a demanda do mercado de trabalho e com o fluxo previsto de egressos de ensino médio, obedecida a diretriz de atender prioritariamente, mas sem descuidar as demais áreas do ensino das profissões, nos setores das Ciências Básicas e Tecnologia, que são as de maior significação para o desenvolvimento da região. Além disso, melhoraremos também, a qualidade do ensino, estenderemos o seu campo de ação, nêle incluindo a pós-graduação, inicialmente em Ciências Básicas e novos cursos de graduação e especialização. Paralelamente, desenvolveremos as atividades de pesquisas, hoje incipientes, orientando-as para o conhecimento de problemas de interesse especial para a região e conquistando gradativamente a liderança da Universidade Federal da Bahia, em escala nacional, quanto a determinadas especialidades, para cujo estudo possua qualificações particulares.

forum de opiniões

Tôda Comunidade Tem Deveres Com o Ensino

"Descontadas as conotações políticas que lhes pretende imprimir certa minoria ativista, as reivindicações da mocidade universitária brasileira merecem exame e equacionamento, pois são em grande parte, justas e razoáveis — afirmou o Sr. Jessé Pinto Freire, presidente da Confederação Nacional do Comércio, focalizando o problema da reforma universitária e sua aplicação no desenvolvimento do País.

Destacando a "ligação indissolúvel entre o ensino e o capital físico, no desempenho das atividades produtivas, o Sr. Jessé Pinto Freire afirmou que "a educação é investimento de alta rentabilidade, talvez o mais decisivo para o desenvolvimento econômico. Nos países industrializados,

os fatores “capital investido” e “mão-de-obra” passaram a segundo plano, cedendo lugar a dois novos: a educação geral e as inovações tecnológicas”.

Mais adiante, citando “O Desafio Americano” o presidente da CNC afirmou que “o ensino participou em 11% no crescimento econômico, no primeiro terço do século; com 23% no período de 1939/54, aumentando consideravelmente nos últimos anos. Na América do Norte — afirmou — entre 1930 e 1964, as verbas consagradas à pesquisa, com vista ao desenvolvimento, foram multiplicadas por dez. No Japão do pós-guerra, os investimentos governamentais no setor da ciência e da técnica aumentaram de cinco vezes, e os realizados pela iniciativa privada, de oito vezes”.

“Quando vencida a etapa da industrialização substitutiva — acrescentou — ingressamos no estágio mais decisivo do desenvolvimento auto-sustentado. O Brasil não pode permanecer indiferente a essa corrida.

É urgente, é essencial que nos compenetrems dessa gritante realidade e organizemos o plano da educação nacional capaz de vencer o analfabetismo, oferecendo ensino primário a todas as crianças em idade escolar, preparando as novas gerações para as tarefas produtivas, reduzindo os altos índices de evasão e reprovações, tornando efetiva a democratização de oportunidade, alargando quantitativamente o ensino, em todos os seus graus e modalidades”.

Citou, mais adiante, o orador, palavras do Sr. Nascimento Silva, lembrando que a “Universidade Brasileira deve e precisa responder, prontamente, a vários desafios: o do número, a fim de atender a demanda explosiva, determinada pelo crescimento demográfico; o desafio imposto pelo rápido avanço tecnológico, pela urgente necessidade de aumento dos quadros de profissionais e pesquisadores, sem os quais não será possível vencer o fôssô tecnológico que nos separa das nações desenvolvidas”.

Em uma sociedade como a nossa, atravessando fase de profundas e aceleradas transformações, a Universidade não pode permanecer ancorada no passado, presa a estruturas válidas apenas para tempos de tranqüilidade. Precisa ajustar-se intimamente às presentes realidades sociais e corresponder às suas exigências.

“A mocidade — disse o presidente da CNC — com o ardor e o ímpeto que lhe são próprios, condena o academismo dos cursos superiores, o formalismo e a rigidez dos currículos, o frondosismo dos programas, entulhados de doutrinas e deficiência na prática. Exige sincronismo entre a Sociedade e a Universidade, transformada em verdadeiros centros de pesquisa, orientados para o equacionamento dos problemas nacionais”.

“Urge, pois, planificar o ensino em todos os seus graus, especialmente o médio em função do desenvolvimento nacional; impõe-se a completa reformulação das suas técnicas, metas e objetivos. Esta é a tarefa governamental, mas também da responsabilidade de toda a comunidade nacional”.

“No Brasil — concluiu o presidente da CNC — o problema se reveste de tonalidades dramáticas quando se confronta a extensão da tarefa a realizar com a míngua dos recursos existentes. Impõe-se ao Governo — e já se notam esforços nesse sentido — um minucioso trabalho de sistematização, com o objetivo de otimizar os dispêndios educacionais em relação às despesas globais do País e obter o máximo resultado dos recursos pela sua adequada distribuição e aplicação.

Para essa tarefa de salvação nacional, sabe o Estado que conta com o concurso interessado das classes produtoras. E nesse sentido, os presidentes de suas entidades máximas ofereceram em Brasília, ao Presidente Costa e Silva, sua contribuição integral, sintetizada na fórmula de integração Universidade - Empresa”.

Cientista Sugere a Criação de Mais Três Centros de Pesquisa

Em depoimento prestado na Câmara Federal (CPI sobre energia nuclear), o Prof. Sérgio Pôrto que leciona, atualmente, na Universidade da Califórnia, defendeu a instalação imediata de mais três centros de pesquisa e doutoramento no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte.

Na opinião do Prof. Sérgio Pôrto, que faz pesquisa com raios *laser* na Califórnia, não se desenvolverá a Física nuclear no Brasil, apenas com a aquisição de reatores, pois serão necessários os técnicos para operá-los.

Se houver apoio efetivo do Governo — explicou — poderemos ter os especialistas necessários dentro de, no máximo, mais dez anos, desde que o empreendimento científico seja entregue a pessoal profissionalizado e com experiência. A seguir o cientista brasileiro conclamou o congresso a esforçar-se no sentido de aumentar os investimentos nas pesquisas científicas, acrescentando:

— Ou conseguimos isso ou condenamos as futuras gerações a um subdesenvolvimento ainda maior, pois a distância que hoje nos separa de países como os Estados Unidos, tende a aumentar a cada dia.

Lembrou que naquele país os investimentos oficiais em programas de pesquisa montam a 3,5% do total do produto nacional bruto. No Brasil são gastos em pesquisas menos de 0,5% do nosso orçamento.

A respeito do retorno dos cientistas nucleares brasileiros, afirmou que todos voltariam “se sentissem seriedade do Governo em promover o desenvolvimento nacional. Pessoalmente, aceitaria retornar ao Brasil desde que pudesse ser útil ao País, mas como homem que se dedicou inteiramente à ciência, pouco poderia fazer aqui no momento.”

Mais adiante defendeu a permanência de dirigentes de instituições científicas, por tempo determinado mínimo a fim de que não sejam afastados quando estejam come-

çando a dominar seus problemas. Acha que o Governo brasileiro poderia conceder estímulos aos investimentos nas Universidades.

O Prof. Sérgio Pôrto sugeriu, no que diz respeito à seleção de pessoal especializado, que se siga o exemplo polonês: concessão de um complemento salarial conforme a competência profissional.

Interrogado sobre os problemas universitários, disse que, simpatiza com os movimentos da mocidade idealista de hoje.

— Não falo dos arruaceiros, mas dos que procuram abrir caminhos para o nosso desenvolvimento. No meu tempo, também era inconformado com a mediocridade universitária, que não nos preparava para a vida política.

Entende que sem uma reformulação total das Universidades, não haverá expansão da pesquisa nuclear no Brasil, pois os bons técnicos estão no exterior. Considerou como pedra angular do desenvolvimento de um país a Universidade que forma os cientistas e técnicos indispensáveis às pesquisas.

Defendeu a vinculação das Universidades às empresas. Na Califórnia, salientou, dão-lhe um dia por semana para responder a consultas da indústria e assim fica a instituição sempre em dia com as reivindicações industriais e pode preparar os estudantes para os aspectos práticos.

Declarou que no Brasil um problema que o preocupa é o modo como se conseguem professores para as Universidades, “que são *caçados a laço* para lecionar em faculdades quando talvez não tenham sequer condições para se apresentar como estudante num curso de graduação”.

Condenou, ainda, o desperdício de recursos nas Universidades que gastam mais em edifícios que em reequipamento de laboratório.

UFRJ na Computação Eletrônica

Vai ser instalado na Ilha do Fundão (Cidade Universitária) o primeiro centro brasileiro de computação eletrônica com o novo sistema de funcionamento (Time-Sharing). Essa decisão foi tomada em virtude dos relevantes serviços que o Departamento de Cálculo Científico da Coordenação dos Programas Pós-Graduados de Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro tem prestado ao ensino e à divulgação da computação digital em nosso País.

O sistema permitirá que até 80 diferentes usuários independentes, em qualquer ponto do Estado da Guanabara, possam usar, ao mesmo tempo, o mesmo computador do centro da Cidade Universitária. O sistema poderá ser estendido a qualquer ponto do Brasil, ou mesmo do exterior, por vários meios de comunicação, inclusive via satélite.

Cada indústria, escola, escritório técnico, ou órgão do Governo, poderá possuir um terminal no seu próprio local de trabalho, de onde transmitirá os seus problemas até o centro da Cidade Universitária, recebendo de volta em segundos, as soluções. Não precisam mais adquirir um custoso computador, pois poderão telefonicamente se comunicar com o grande centro da Ilha do Fundão.

Com este novo sistema revolucionário, a COPPE-UFRJ, que com o apoio do FUNTEC-BNDE, conduz programas avançados de pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em Engenharia, será, mais uma vez, pioneira no Brasil.

O Grupo de Trabalho formado pela Sub-Reitoria de Desenvolvimento da UFRJ, pelos técnicos do Departamento de Cálculo Científico da COPPE e das Máquinas Bull do Brasil, está projetando a instalação do sistema

GE-265, que é constituído por um Computador GE-235 e de um Processador de Telecomunicação DATANET-30. Este sistema opera atualmente nos Estados Unidos e em vários países da Europa, oferecendo serviços de tempo compartilhado (Time Sharing) a mais de 50.000 usuários, incluindo estudantes e professores de várias Universidades.

A Bull-GE, que representa um grupo do qual participam a General Electric dos Estados Unidos, Machines Bull da França e a Olivetti da Itália, instalará o sistema da Cidade Universitária e tratará de sua manutenção sem qualquer ônus para a UFRJ. Além disso, proporcionará gratuitamente a formação e o treinamento de pessoal necessário para o bom funcionamento do sistema de tempo compartilhado GE-265, por parte dos professores e estudantes da UFRJ. Por conta da Universidade correrão as obras necessárias para permitir a instalação física do equipamento. O local escolhido será uma vitrina de apresentação do esforço que vem sendo desenvolvido pela UFRJ para melhorar o ensino da Engenharia e das ciências.

É Ainda Deficiente o Ensino da Matemática

Os cientistas Leopoldo Nachbin, Lindolpho de Carvalho Dias e Elon Lages Lima afirmaram que o ensino da Matemática no Brasil tem sido bastante deficiente. É relativamente recente a criação de diversas Faculdades de Ciências que promovem a formação de matemáticos propriamente ditos.

Para os cientistas, a situação da Matemática, no que diz respeito às atividades de pesquisas e cursos de pós-graduação, apresenta aspectos favoráveis, levando-se em conta o progresso realizado nos últimos quinze anos, mas precisa ser melhorada. Salientaram que há um grande número de Universidades brasileiras onde o ensino da Matemática, nas Faculdades de Ciências e nas Escolas Técnicas, apresenta graves deficiências, as quais, se não forem sanadas, terminarão por influenciar, negativamente, o progresso já adquirido.

Foi destacada a necessidade de serem elaborados livros de texto de nível elementar, escritos por matemáticos

experimentados, visando aos primeiros anos das Universidades e o professorado dos últimos anos da escola secundária. Acentuaram a necessidade da concessão de bolsas de estudo em condições atraentes para os alunos de Matemática, com a finalidade de suprir a carência de bons alunos de pós-graduação; pedem também a revisão total dos programas de ensino de Matemática para a formação de cientistas e demais profissionais e que seja instituído um Programa de Mestrado, e ainda colóquios em plano latino-americano.

O cientista Leopoldo Nachbin destacou que o Brasil não terá um desenvolvimento nuclear objetivo sem que o ensino da Matemática seja intensificado, evitando-se a fuga para o exterior, dos matemáticos brasileiros, seja por maus salários ou pela falta total de incentivo.

Eletrobrás Aplica Recursos no Ensino

Mais de NCr\$ 5 milhões já foram aplicados pela Eletrobrás no ensino, treinamento profissional, investigação e pesquisa tecnológica no setor energético do País, após a renovação do convênio firmado com a Escola de Engenharia Industrial de Santa Catarina, no valor de NCr\$ 40 mil.

Assinaram a renovação do convênio o presidente da Eletrobrás, Eng. Mário Bhering, e o diretor da Escola de Engenharia Industrial de Santa Catarina, Prof. Carlos Stemmer. Os NCr\$ 40 mil serão destinados a bolsas de estudos, sob a forma de fundo rotativo, compra de livros para a biblioteca especializada e de equipamentos para o laboratório da Escola.

Os NCr\$ 5 milhões até agora aplicados pela Eletrobrás se destinaram a cursos especializados para pessoal de nível técnico e universitário; a cursos de extensão e bolsas de estudo no País e no exterior; ao treinamento de pessoal de nível médio, em doze centros especializados; e aquisição de equipamento para a formação tecnológica, investigação e pesquisa em laboratórios e escolas especializadas.

No setor de investigação e pesquisa tecnológica, a Eletrobrás destinou NCr\$ 150 mil para a construção do Instituto de Física da Pontifícia Universidade Católica

do Rio de Janeiro, em cujo laboratório será instalado um gerador Van-Graaf.

Em São Paulo, na compra de um gerador de onda de impulso de 4 milhões de volts e outros equipamentos para o Instituto de Eletrotécnica, foram aplicados 440 mil dólares.

Para a instalação do laboratório de Extra-Alta Tensão da Universidade de Minas Gerais foram destinados 200 mil dólares e NCr\$ 150 mil.

Coube à Escola Federal de Engenharia de Itajubá, para a instalação do Centro de Análise e Processamento de Dados, com a aquisição de dois computadores, um digital e outro analógico, 200 mil dólares.

Ao Instituto de Eletrotécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro foram destinados 150 mil dólares para aquisição de equipamentos para o laboratório.

A Eletrobrás firmou, ainda, convênio de cooperação com o Instituto Politécnico da Universidade Católica de Minas Gerais, no valor de NCr\$ 200 mil, destinado a fornecer equipamentos pedagógicos e a complementar a instalação dos laboratórios do IPUC.

O treinamento de pessoal técnico de nível médio operativo em empresas de energia elétrica, com o fornecimento de equipamentos pedagógicos, materiais de ensino e bolsas de estudo, realizado sob a orientação do Centro Coordenador Franco-Brasileiro, instalado pela Eletrobrás na Guanabara e em dez outros centros, utilizou recursos da ordem de NCr\$ 252 mil, e até o fim do ano deverá ultrapassar os NCr\$ 650 mil, com a construção do Centro de Treinamento de Porto Alegre para o qual foram destinados NCr\$ 240 mil.

Os outros centros de treinamento estão localizados em Fortaleza, Natal, Recife, Paulo Afonso, Salvador, Sete Lagoas (MG), São Carlos (SP), Curitiba, Ilhota (SC), e Brasília.

Em cursos para pessoal de nível técnico e universitário, no País e no exterior, inclusive bolsas de estudo, já foram aplicados anteriormente pela Eletrobrás NCr\$ 168 mil e até o final do ano serão aplicados mais NCr\$ 350 mil e mais de 200 mil dólares.

SP: Levantamento de Recursos Humanos

Acolhendo sugestão do Secretário do Planejamento, Sr. Onadir Marcondes, o Governador Abreu Sodré criou um grupo de trabalho para promover o levantamento dos recursos humanos de nível médio e superior em São Paulo. A pesquisa nos diversos campos de atividade profissional a ser empreendida pelo grupo dará ao Governo do Estado, segundo explicações do Secretário do Planejamento, a medida das prioridades para aplicação de recursos na formação de novos contingentes de qualquer tipo de mão-de-obra especializada.

A aferição exata das necessidades de pessoal qualificado nos setores público e privado tornará mais produtivos os investimentos do ensino médio e universitário, atendendo também aos problemas da área de produção. O grupo de trabalho deverá propor ao Chefe do Executivo as providências para a criação de um órgão permanente com o fim de levantamento e cadastramento dos recursos humanos, estabelecendo métodos de institucionalizar esse tipo de pesquisa para atedimento contínuo das necessidades públicas e privadas.

O grupo de trabalho é composto por técnicos em saneamento da Secretaria de Educação, da Universidade de São Paulo, e é coordenado pelo Prof. Jair de Moraes Neves, do Conselho Estadual de Educação.

50 Novas Escolas

Cinquenta novas escolas superiores entraram em funcionamento no primeiro ano do Governo do Presidente Arthur da Costa e Silva, quase todas elas situadas na área prioritária da formação mais vinculada ao processo do desenvolvimento do País, oferecendo condições para alguns milhares de jovens iniciar seus cursos — disse em Brasília, no Centro Universitário, o Ministro Tarso Dutra, por ocasião da instalação de novas faculdades no Planalto Central.

Em sua explanação, o titular do MEC apontou como o Governo Federal vem procurando vencer os obstáculos

naturais em um País cujo crescimento é dos mais destacados em nosso tempo. Graças aos esforços postos em prática, explicou o Ministro Tarso Dutra, será possível ultrapassar-se a casa dos duzentos e cinquenta mil inscritos no sistema universitário nacional, além das previsões feitas no início do ano. Isto vem sendo possível — prosseguiu — graças à vigorosa ação do Governo, orientada por um planejamento educacional cuidadosamente elaborado.

Por outro lado — frisou o titular da Educação e Cultura —, em razão do programa de trabalho pôsto em ação pelo MEC, tornou-se possível um aumento de mais de cinquenta por cento das matrículas na primeira série de todos os cursos superiores do País, principalmente nos setores fundamentais, como a Medicina, Engenharia e Economia. “Como se não bastasse a preocupação de sentido altamente construtivo, ainda pôde o Governo conseguir, estimulando esforços das comunidades locais e convocando as lideranças de todas as atividades de relevo na vida regional, que muitas iniciativas fôssem adotadas, culminando, como agora ocorreu, com o Centro Universitário de Brasília, no aumento considerável, também, do número de vagas no ensino superior em todo o País” — concluiu o Ministro Tarso Dutra.

Africanos na FEESP

Sob os auspícios da Organização Mundial de Saúde e da Organização Pan-Americana de Saúde realizou-se na Fundação de Ensino Especializado de Saúde Pública, a instalação do Curso Itinerante de Planejamento de Saúde para Diretores dos Serviços Nacionais de Saúde de Países da África. O curso teve duração de sete dias e contou com a participação de especialistas da Fundação e de outros convidados. Participaram do curso Dr. E. Brou, Costa do Marfim; Dr. J. Codja, Daomé; Dr. M. H. Hammond-Quaye, Gana; Dr. F. Ilunga, Congo; Dr. T. Maknet, Basutolândia; Dr. E. Muzira, Uganda; Dr. J. Rakotomala, Madagascar; Dr. S. Sagbes, Irã; Dr. M. F. Tors, consultor da OMS, Região da África.

Recursos Para a Educação

O secretário-geral do Ministério do Planejamento e superintendente do IPEA, Sr. João Paulo dos Reis Vello-

so, revelou em conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra, que os dispêndios da União, em educação, no triênio 1968/70, serão da ordem de NCr\$ 3.320 bilhões, o que representa um aumento de 45% em relação às despesas realizadas no triênio 1967-70, no total NCr\$ 2.400 bilhões.

O total dos dispêndios do setor público, em educação, no período 1968-70 será de NCr\$ 8.763 bilhões, com um aumento de 28% em relação ao triênio anterior, segundo ainda informações do Sr. João Paulo dos Reis Veloso, que mostrou também, a evolução dos recursos destinados ao programa de ciência e tecnologia: 1967 — NCr\$ 30 milhões; 1968 — NCr\$ 180 milhões e 1970 — NCr\$ 300 milhões.

Diplomas: Legalidade

O Ministro Tarso Dutra constituiu comissão especial para verificar a legalidade e regularização de diplomas, certificados ou certidões expedidos por estabelecimentos de ensino de Odontologia, sob regime estadual, em São Paulo, e que tiveram os registros correspondentes cancelados no Serviço de Fiscalização de Exercício Profissional.

A comissão será constituída de cinco membros, dois dos quais indicados pelo Governo de São Paulo, podendo, mediante entendimento com as autoridades estaduais, funcionar na capital paulista, durante todo ou parte do tempo necessário à conclusão de seus trabalhos.

Financiamento

O Banco do Brasil decidiu financiar, em 24 meses, a profissionais liberais de nível universitário, que exercam suas atividades profissionais em municípios com menos de cem mil habitantes, a aquisição de aparelhos ou instrumentos técnico-científicos. O financiamento será feito através da Carteira de Crédito Geral, com garantia de caução de duplicatas, possibilitando adiantamentos de até 90% do valor do material desejado.

modo *universitário*

GT Conclui Estudo da Reforma Universitária

Recebido em audiência especial, no Palácio do Planalto, em Brasília, o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária entregou ao Presidente Costa e Silva todos os atos constitutivos da reforma. Compareceram à audiência, o presidente do GT, ministro Tarso Dutra, e os demais membros daquele órgão, Prof. Newton Supcira e Valmir Chagas, do Conselho Federal de Educação; Roque Spencer Maciel de Barros, da Universidade de São Paulo; João Lira Filho, da Universidade do Estado da Guanabara; Pe. Fernando Bastos D'Avila, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; João Paulo dos Reis Veloso, do Ministério do Planejamento; e Fernando do Val, do Ministério da Fazenda.

FIM DA CATEDRA E VESTIBULAR COMUM

O primeiro anteprojeto de lei fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com o ensino médio. Diz, logo no artigo 4.º, que as Universidades “gozarão de autonomia didático-científica, disciplinar, financeira e administrativa”.

No artigo 6.º determina que poderá ser negada autorização para o funcionamento de Universidade ou escola superior “quando, embora satisfeitos os requisitos prefixados, a sua criação não corresponda, à vista de estudos periodicamente renovados, às exigências do mercado de trabalho, em confronto com as necessidades do desenvolvimento nacional ou regional”.

Os reitores das Universidades oficiais serão nomeados pelo Presidente da República, escolhidos de listas de nomes indicados pelo Conselho Univesitário ou cole-

giado equivalente, segundo o art. 11. A lista para reitor e vice-reitor terá 9 nomes. Os reitores nomearão os diretores das faculdades e estabelecimentos congêneres, de uma lista de seis nomes. O mandato de reitores e diretores será de 4 anos, vedado o exercício de dois mandatos consecutivos.

O concurso vestibular, segundo o art. 14, “abrangerá os conhecimentos comuns às diversas formas de educação do segundo grau, sem ultrapassar este nível de complexidade, para avaliar a formação geral dos candidatos com vistas à realização de estudos superiores”.

— No prazo de cinco anos, a contar da vigência desta lei — diz o parágrafo 1.º do artigo 14 — o concurso vestibular será idêntico em seu conteúdo para todos os cursos ou áreas de conhecimentos afins, e unificado em sua execução, na mesma Universidade ou federação de escolas ou no mesmo estabelecimento isolado de organização pluricurricular, de acordo com os estatutos e regimentos.

O MEC atuará, diz o parágrafo 2º, junto às instituições de ensino superior visando à realização, mediante convênios, de concursos vestibulares unificados em âmbito regional.

Haverá, segundo o art. 15, um primeiro ciclo geral, comum a todos os cursos ou grupos de cursos afins, com três funções: “recuperação de insuficiências evidenciadas pelo concurso vestibular na formação dos alunos; orientação para escolha da carreira; realização de estudos básicos para ciclos ulteriores”.

Paralelamente, haverá cursos profissionais de curta duração destinados a proporcionar habilitações intermediárias de grau superior. Poderá haver estabelecimentos especialmente criados para promover o primeiro ciclo geral e os cursos profissionais.

O ano letivo abrangerá no mínimo 180 dias, sem incluir o tempo de provas. Haverá programas de ensino e pesquisa na época de férias. Professores e alunos serão obrigados à frequência, e a reincidência em faltas será motivo para exoneração ou dispensa dos mestres. E o não comparecimento dos alunos à um mínimo de aulas previsto nos estatutos ou regimentos importará em reprovação.

O art. 24 diz que os cargos e funções do magistério, mesmo os já criados ou providos, serão desvinculados “de campos específicos de conhecimentos”. E o parágrafo 3.º determina:

— *Fica extinta a cátedra ou cadeira na organização do ensino superior do País.*

Os atuais cargos de professor catedrático equiparam-se, para todos os efeitos, aos que corresponderem ao nível final da carreira do magistério superior, segundo o parágrafo 4.º. As Universidades deverão estender aos docentes o regime de dedicação exclusiva às atividades de ensino e pesquisa.

Os alunos terão representação, com direito a voz e voto, nos órgãos colegiados das Universidades e dos estabelecimentos isolados, assim como em quaisquer comissões nêles instituídas para estudar problemas específicos. A escolha dos representantes estudantis será feita por eleição no corpo discente e segundo critérios que incluam o aproveitamento escolar dos candidatos, a serem definidos pelos estatutos ou regimentos. A representação estudantil poderá alcançar um quinto do total de membros do colegiado ou comissões.

Haverá os diretórios de âmbito universitário e os diretórios setoriais. Será estabelecido o regime de monitoria para alunos do curso de graduação “que tenham revelado, na disciplina para a qual venham a ser aproveitados, qualidades e desempenho de alto padrão”.

Nas “Disposições Gerais” o anteprojeto determina que toda escola de segundo grau deve organizar-se com ginásio comum e colégio integrado. O ginásio terá 4 anos e o colégio um mínimo de 3, abrangendo uma parte de educação geral, em prosseguimento ao ginásio, e outra diversificada.

Determina também que a autonomia da Universidade poderá ser suspensa, por tempo determinado, por infringência da legislação do ensino ou do estatuto, sendo então nomeado um reitor “pro tempore”.

O art. 41, já nas “Disposições Transitórias”, determina que “enquanto não houver número suficiente de professores primários formados em nível colegial” a ha-

bilitação ao exercício do magistério far-se-á também mediante cursos especiais abertos a candidatos com o ginásio concluído e mediante exames de suficiência.

CARREIRA DE MESTRE TEM TRÊS CLASSES

O segundo anteprojeto modifica o Estatuto do Magistério Superior Federal. No art. 2.º classifica o pessoal docente em 3 categorias — ocupante dos cargos das classes do magistério superior, contratados e auxiliares do ensino. As classes, segundo o art. 3.º, serão: professor, professor-adjunto e professor-assistente.

Só poderão ser auxiliares de ensino os graduados em curso de nível superior no campo de estudos para os quais forem admitidos. Serão admitidos por 2 anos, regendo-se pela legislação trabalhista. Os 2 anos podem ser renovados. O cargo de professor-assistente será provido mediante concurso de títulos e provas, aberto a pós-graduados. O de professor-adjunto, mediante concurso de títulos. O de professor, mediante concurso de títulos e provas.

Paralelamente à carreira, as Universidades poderão contratar professores para os vários níveis do magistério, pelo sistema das leis trabalhistas.

Haverá três modalidades de trabalho para o pessoal docente: 12 horas semanais, 22 horas semanais e dedicação exclusiva. As bases para o cálculo dos vencimentos das duas últimas modalidades serão estabelecidas por decreto. Haverá uma Comissão Permanente do Regime de Dedicção Exclusiva funcionando em cada Universidade, com representação discente, para fiscalizar as atividades dos mestres, com tempo integral, e tomar outras providências.

Os reitores e diretores exercerão seus mandatos sempre em regime de dedicação exclusiva.

O FUNDO DA EDUCAÇÃO

O anteprojeto sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação diz, no artigo 2.º, que êle tem por finalidade “captar recursos financeiros e canalizá-los para o financiamento de programas e projetos de ensino no

superior, médio e primário atribuíveis à União; financiar outros programas e projetos de Universidades e estabelecimentos isolados; financiar, através de mecanismo de execução descentralizada, bôlsas de estudo e de manutenção; e apreciar, preliminarmente, as propostas orçamentárias das Universidades, estabelecimentos de ensino médio ou superior mantidos pela União, visando à compatibilização de programas e projetos.

O Fundo disporá, diz o art. 4.º, de recursos orçamentários, provindos do salário-educação e de incentivos fiscais, de doações e legados e de outras fontes. Ficarão em conta bancária a ser aberta no Banco do Brasil.

Será autarquia, vinculada ao Ministério da Educação, e terá sede e fôro em Brasília.

Compete ao Fundo: financiar os programas de ensino e pesquisa, inclusive bôlsas de estudo.

Será administrado, segundo o art. 7.º, por um Conselho Deliberativo que, presidido pelo Ministro da Educação ou seu representante, será constituído de 9 membros, incluindo representantes dos Ministérios do Planejamento e Fazenda, do Conselho Federal de Educação, dos estudantes e do empresariado nacional. Terá uma Secretaria Executiva com pequeno corpo técnico e administrativo, a ser nomeado ou requisitado de outros órgãos públicos.

O órgão poderá ter agentes financeiros nas várias regiões do País.

INCENTIVOS FISCAIS: 2%

O artigo 1.º do anteprojeto que institui incentivos fiscais para o desenvolvimento da educação diz: “Sem prejuízo de outros incentivos fiscais instituídos por lei, é facultado às pessoas físicas e às pessoas jurídicas destinar dois por cento do impôsto de renda, calculado na respectiva declaração para aplicação em programas de desenvolvimento da educação.”

O contribuinte poderá indicar sua preferência quanto ao estabelecimento a ser beneficiado. A importância será arrecadada em conta especial em nome do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

O art. 2.º diz que do montante dos incentivos fiscais instituídos em favor das pessoas jurídicas para aplicação nas áreas da SUDENE e SUDAM serão reservadas importâncias iguais a 5% para projetos de educação e de treinamento de mão-de-obra, a serem executados nas respectivas regiões. As importâncias reservadas serão creditadas pelo Banco do Nordeste ou pelo Banco da Amazônia, conforme o caso, em conta do FNDE. Compete aos órgãos do desenvolvimento regional daquelas áreas — SUDENE, BNH, SUDAM-BASA — a aplicação dos recursos, na qualidade de agentes financeiros do FNDE.

Os recursos oriundos dos incentivos às atividades pesqueiras poderão ter aplicação pelo FNDE em projetos de treinamento da mão-de-obra especializada mediante convênio com a SUDEPE.

Outro anteprojeto de lei institui um adicional de 10% sobre o imposto de renda devido sobre rendimentos percebidos por pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no estrangeiro. Será utilizado no financiamento de pesquisas relevantes para a tecnologia nacional e atribuído ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Modificando o Decreto-lei n.º 204, de 27 de fevereiro de 1967, outro anteprojeto altera a destinação do Fundo Especial da Loteria Federal, reservando 20% dos seus recursos para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Segue-se um anteprojeto de decreto, que cria, mediante convênios com Universidades ou instituições de nível equivalente, Centros Regionais de Pós-Graduação. Os Centros terão, diz o art. 1.º, os seguintes objetivos:

— formar professorado competente para atender à expansão do ensino superior assegurando, ao mesmo tempo, a elevação dos atuais níveis de qualidade;

— estimular o desenvolvimento da pesquisa científica por meio da preparação adequada de pesquisadores;

— proporcionar o treinamento eficaz de técnicos de alto padrão para fazer face às necessidades do desenvolvimento nacional;

— criar condições favoráveis ao trabalho científico de modo a estimular a fixação dos cientistas brasileiros no País e incentivar o retorno dos que se encontram no estrangeiro.

Nos “considerandos”, o decreto afirma que as Universidades nacionais não dispõem atualmente de recursos humanos e materiais que lhes permitam implantar sistematicamente cursos de pós-graduação.

Competirá ao Conselho Nacional de Pesquisas adotar providências para a criação dos Centros. Criados, far-se-á a previsão do número de pós-graduados necessários, no prazo de 5 anos e nas diversas áreas, à expansão e ao aperfeiçoamento do ensino superior. O Conselho Federal de Educação baixará, dentro do prazo de 60 dias a contar da publicação do decreto, as normas de aprovação dos cursos de pós-graduação.

A pós-graduação, diz o art. 4.º, refere-se aos cursos de mestrado e doutorado. As bolsas para mestrado e doutorado no estrangeiro, diz o art. 7.º, se limitarão preferivelmente às áreas não atendidas pelos Centros nacionais.

Para executar a política nacional de pós-graduação, o Conselho Nacional de Pesquisas ampliará o âmbito de sua atuação, de modo a compreender as Ciências Humanas, a Educação e outros campos do conhecimento. O funcionamento dos Centros Regionais de Pós-Graduação será assegurado pelos recursos financeiros provenientes do Conselho Nacional de Pesquisas, CAPES, Fundo de Desenvolvimento Técnico e Científico, FNDE e outros órgãos, e das Universidades dentro de programas integrados.

NCr\$ 25 MILHÕES PARA O TEMPO INTEGRAL

Outro anteprojeto de decreto estipula um programa de incentivo à implantação do regime de tempo integral e dedicação exclusiva para o magistério superior. São objetivos do programa, na primeira etapa, segundo o art. 2º do anteprojeto: permitir a contratação de mil monitores; permitir a concessão de gratificação a 4.500 docentes para regime de 22 horas semanais; e a concessão de gratificação para regime de dedicação exclusiva a 3 mil docentes. Essas metas deverão ser revistas no ano letivo de 1969.

O regime de 22 horas semanais será remunerado com 200% do vencimento básico correspondente ao regime de 12 horas semanais. O regime de dedicação exclusiva será remunerado com 430% do vencimento de 12 horas semanais.

Pelo art. 4.º fica criada, junto ao MEC, uma Comissão Coordenadora do programa, destinada a estabelecer critérios para a implantação do programa, analisar planos específicos propostos pelas Universidades e estabelecimentos isolados e propor a entrega dos recursos correspondentes aos planos aprovados. Será integrada por representantes do MEC, Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Conselho Nacional de Pesquisas e Conselho Federal de Educação.

Em cada Universidade haverá uma Comissão Permanente do Regime de Dedicação Exclusiva, com representatividade estudantil.

Pelo art. 7.º, o MEC deverá adotar providências para a abertura de crédito suplementar no montante de NCr\$ 25 milhões, para fazer face no corrente exercício aos encargos com o programa. A Comissão Coordenadora, pelo art. 8.º, providenciará imediatamente, junto às Universidades e aos estabelecimentos isolados, o início da execução do programa em 1968. E até o final do corrente exercício deverá apresentar programação minuciosa para o ano de 1969.

MENOS VAGAS EM PROFISSÕES SEM DEFICIT

— Evitar-se-á expansão de vagas e a criação de novas unidades para as profissões já suficientemente atendidas exceto nos casos em que a iniciativa apresente um alto padrão que venha contribuir efetivamente para o aperfeiçoamento do ensino e da pesquisa no setor abrangido.

Este é um dos critérios a serem adotados, segundo outro anteprojeto de decreto, no exame dos pedidos de autorização e reconhecimento de Universidades, assim como de financiamentos de programas e projetos das instituições existentes ou a serem criadas.

— Na hipótese de profissões suficientemente atendidas — acrescenta o anteprojeto — poder-se-á determi-

nar a transformação de unidades relativas àquele setor em escolas destinadas à formação de profissionais dos quais existe deficit.

O art. 2.º dispõe sobre a construção de “cidades universitárias”. Determina um levantamento geral dos projetos globais de implantação de cidades universitárias, uma seleção das Universidades que as construirão prioritariamente e outras providências correlatas. Manda evitar a construção de novos hospitais de clínicas. “Concluídos os estudos básicos, os alunos que se destinarem ao ciclo profissional de Medicina poderão prosseguir sua formação em unidades clínicas não necessariamente pertencentes às Universidades, mas, por elas utilizadas — mediante convênios — para fins didáticos”.

O art. 3.º determina a reorganização das Universidades Rurais.

VERBAS DO MEC NÃO SERÃO CORTADAS

Não poderão ser incluídas em plano de contenção de despesas as dotações orçamentárias que vierem a ser consignadas ao Ministério da Educação e Cultura nos exercícios de 1969 e 1970 — é o que dispõe outro anteprojeto elaborado pelo Grupo de Trabalho.

Um outro diz, no seu art. 1.º, que “a assistência financeira da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios, para fins de desenvolvimento dos respectivos sistemas de ensino nos graus médio e primário, está condicionada a uma contrapartida, de igual valor, por parte dos respectivos Governos”.

Para efeito do recebimento de assistência financeira, diz o art. 2.º, eles deverão, após aprovados os programas específicos, autorizar o Banco do Brasil a debitar nas respectivas contas uma quantia igual à que corresponder à assistência financeira da União. Esta parcela debitada será simultaneamente creditada em conta do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Outro anteprojeto de decreto determina que o MEC constitua uma comissão de especialistas para, entre outras tarefas, “elaborar um programa de incentivo à escolha de profissões pouco procuradas, mas de grande

importância social, de forma a crescer o seu prestígio e a criar expectativas favoráveis em relação a elas”.

“Preparar projetos para a formação e aperfeiçoamento de profissionais de nível técnico em setores do maior interesse para o desenvolvimento econômico do País, a fim de serem apresentados para obtenção de financiamento externo”, é outra tarefa da comissão.

QUATRO “RECOMENDAÇÕES”

Encerram o texto da Reforma Universitária 4 “Recomendações”. A primeira sugere que as Universidades se empenhem em programas sistemáticos de racionalização administrativa: “só assim poderão ser realizados os objetivos colimados através de gestão eficiente e menores custos”. Sugere ainda a criação, junto ao reitor, da função de Superintendente, em substituição aos atuais Secretários-Gerais.

A Recomendação n.º 2 se refere à restauração das Comissões de Especialistas, para desenvolver uma política de cooperação intelectual e técnica e não apenas de mero controle burocrático das instituições de ensino”.

A Recomendação n.º 3, considerando “a necessidade de uma ação contínua do Conselho Federal de Educação para atender aos problemas urgentes que decorram das atividades educacionais”, sugere que o Conselho estude “um mecanismo de funcionamento que lhe permita exercer as suas tarefas sem quebra de continuidade”.

Recomendação n.º 4: é sugerida a aprovação das sugestões formuladas através da Confederação Nacional da Indústria, para efeito das seguintes formas de cooperação a ser prestada pelo empresariado nacional: cooperar em programas de pesquisas científicas e tecnológicas das Universidades; promover estágios de estudantes nas empresas; colaborar em pesquisas de mão-de-obra; promover cooperação financeira de empresas com Universidades; promover cursos em forma cooperativa, parte nas Universidades parte nas empresas; empenhar-se em que empresas usem serviços de laboratórios e equipes universitárias em suas atividades. Sugere também a criação de um Centro de Integração Universidade- Indústria.

aspectos internacionais da educação

O Ensino Superior na URSS

A estrutura do ensino superior na União Soviética, onde as Universidades são oficiais e gratuitas e onde também existe o problema dos excedentes, foi abordada pelo Prof. Viktor Lenski, titular do Departamento de Mecânica Aplicada da Universidade de Moscou que, com uma conferência sobre a “Formação de Engenheiros e Cientistas na União Soviética”, inaugurou o ciclo de conferências internacionais promovido pelo Clube de Engenharia.

Abordando o sistema de educação superior em seu país, disse o Prof. Viktor Lenski que ele está estruturado nas Universidades — cuja finalidade é dar educação teórica ampla e preparar o corpo docente para a Ciência — e nos institutos especializados (Engenharia, Medicina, Pedagogia, Agricultura, Arte etc.) — onde se ministra ensino mais especializado, embora o campo teórico geral seja de grande importância.

Depois de informar que em 1967 o total de Universidades e Institutos era de 787, esclareceu que aquele número correspondia a 4,3 milhões de estudantes, assim distribuídos: 42 Universidades com 433 mil estudantes; 227 Institutos de Engenharia, com 1.855 mil estudantes; 38 Institutos de Agricultura, com 400 mil estudantes; 82 Institutos de Medicina, com 250 mil estudantes; 206 Institutos de Pedagogia, com 820 mil estudantes; 27 Institutos de Arte (compreendendo 17 Conservatórios e 10 Institutos de Teatro), com 40 mil estudantes. Esclareceu também que o número de alunos que estudam à noite ou por correspondência atinge a 50% daquele total. Depois de dizer que o número de graduados, em 1966, foi de 440 mil

especialistas e, em 1967, de 485 mil, mostrou a distribuição dos especialistas graduados, em 1968, que é a seguinte: 40% do total, técnicos engenheiros, 45% Ciências Humanísticas, 8% Agricultura e 7% Medicina. Disse que em 1967 foram graduados, especificamente, 200 mil estudantes de Engenharia, 140 mil de Pedagogia e 36 mil de Medicina. Disse também que há 176 estudantes em escolas superiores (Institutos e Universidades) e 170 em escolas técnicas secundárias para cada 10 mil habitantes.

Em 1967, segundo o conferencista, estavam inscritos nos Institutos e nas Universidades 900 mil estudantes e 1.300.000 nas escolas técnicas secundárias. Esclareceu, então, que para ser admitido todo candidato deve submeter-se aos exames de seleção, havendo a média de 3 ou 7 pretendentes para uma mesma vaga, o que obriga a uma disputa renhida, patenteando, de outro lado, conforme admitiu o professor, a existência de excedentes na URSS, embora estes, se reprovados nos exames, sejam logo aproveitados na indústria ou no comércio. Esclareceu também o conferencista que, para ser independente o estudante recebe uma bolsa do Governo, no valor mensal de 45 a 60 dólares, para enfrentar os gastos com vestuário, alimentação etc, e que estas bolsas são imediatamente cortadas no caso de uma reprovação. Os alunos que moram longe dos locais de estudos, podem permanecer nos dormitórios comuns, pagando à razão de 2 dólares por mês. Na Universidade de Moscou, por exemplo, há, no prédio principal, um dormitório com 7 mil quartos, que abrigam entre 12 a 14 mil estudantes. Não recebem bolsas os alunos, cujos pais tenham posses.

Analizou o conferencista o "currículo" na União Soviética, para algumas especialidades, de modo a possibilitar a distribuição entre cadeiras de Humanística, Ciências e Cursos Especiais. Deu como exemplo a especialidade de radiotécnico, cuja distribuição-hora é a seguinte para um curso que tem 5 anos de duração: Filosofia, Economia etc. 390 horas (correspondendo a 200 aulas e 190 seminários); Ciências (Matemática, Física e Geral), 2.500 horas (com 1.100 leituras e 1.400 seminários); Cursos Especiais, 1.600 horas (com 240 leituras e 670 seminários) e Laboratório, 670 horas. Para os Cursos de Engenharia são instituídos: 40% de Ciências Fundamentais;

de 25 a 40% de Engenharia Geral; de 20 a 25% de Especialidades e 7% de Ciências Econômico-Sociais. A parte prático-científica no trabalho de cada universitário começa após o 3.º ano de Universidade ou Instituto. Também a preparação de pós-graduados é muito extensiva, com a duração de três anos.

Finalmente, destacou o Prof. Viktor Lenski que existem 24 mil bolsistas estrangeiros na União Soviética, dos quais 11 mil são da América Latina, Ásia e África. Em 1967, foram graduados 3.500 estrangeiros nas escolas superiores. Na Universidade de Moscou existem 2 mil estrangeiros e na Universidade Patricio Lumumba 3 mil.

O número de professores russos em viagem de intercâmbio é de 16 mil.

Pincus Diz Como Funciona a Universidade Americana

O Prof. George Pincus, da Universidade de Kentucky, afirmou que o estudante norte-americano tem muito pouco tempo para atividades políticas, porque quase todos trabalham uma média de 20 horas semanais. Apresentou detalhado relatório sobre a Universidade norte-americana, sua estrutura e suas atividades, respondendo, inclusive, perguntas sobre o uso da cola nas bancas de exame. Ao final, foi sabatinado pelo auditório, constituído de engenheiros e estudantes de Engenharia da Universidade Federal e da Universidade do Estado da Guanabara.

A palestra fez parte de um ciclo internacional de conferências programado pelo Clube de Engenharia, em colaboração com a Coordenação dos Programas Pós-Gradua de Engenharia (COPPE) da UFRJ, com a Escola de Engenharia da mesma Universidade e com a Associação dos Antigos Alunos da Politécnica (AAAP), sobre o tema *O Problema Universitário, o Ensino e a Pesquisa na Engenharia*.

O Prof. George Pincus, que desde dezembro de 1966, é professor-visitante da COPPE-UFRJ e chefe do Grupo da AID no programa de ajuda à Engenharia Pós-Graduada no Brasil, é membro da Sociedade Americana de Engenharia Civil, tendo cursado os três primeiros anos da carreira na Universidade de Havana.

Durante a palestra, o Prof. George Pincus respondeu a 18 perguntas por escrito que lhe foram feitas por sócios do Clube de Engenharia, convidados e estudantes, entre estes, os presidentes dos Diretórios Acadêmicos das Escolas de Engenharia da UFRJ e da UEG.

O Prof. George Pincus discorreu sobre a Universidade de Kentucky, revelando que a instituição é estadual, e muito pobre.

Quanto à participação dos estudantes na administração da Universidade, afirmou que ela existe, através dos dirigentes dos diretórios centrais das Universidades, acrescentando:

— Os universitários não têm direito de voto, durante as reuniões do Corpo Administrativo mas têm direito de voz, e cada vez mais, como no resto do mundo.

Falando sobre o sistema de Universidades mantidas por fundações nos Estados Unidos, revelou que elas são administradas por um corpo geral, formado por ex-alunos de cada Universidade, que elegem um presidente com função apenas administrativa. No caso das fundações públicas, dois ou três membros deste grupo central são indicados pelo Governador do Estado a que a Universidade pertence.

Afirmou, a seguir, que o custo das anuidades nas Universidades privadas é muito alto, cerca de 300 dólares, mas ressaltou que um estudante pode ganhar o mesmo em dois ou três meses trabalhando em regime de meio expediente.

— Há ainda as bolsas-de-estudos fornecidas para estudantes de escolas privadas, sendo que 20% a 30% dos alunos, no primeiro ano do curso universitário, estudam por meio de bolsas.

A última pergunta foi feita pelo Prof. Fernando Barata, que quis saber se existe a instituição da *cota* entre os universitários norte-americanos, o Prof. George Pincus riu e reconheceu que ela existe em seu país, mas que não é um problema muito grave.

— Em muitas Universidades, os estudantes se submetem a um código de honra, comprometendo-se a não fazer uso dela e, mesmo, a denunciar aqueles que se utilizaram de meios proibidos durante as provas — concluiu.

Acôrdio MEC-França

O Ministro Tarso Dutra, da Educação, confirmou os entendimentos mantidos pelo Secretário Geral do MEC, Prof. Edson Franco, em 1967, em Paris, visando a celebração de um acôrdio, pelo qual será permitida à COLTED — Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático — promover a adaptação para o idioma português de livros técnicos e didáticos dos três níveis de ensino.

Em carta dirigida ao Ministro da Educação, o Embaixador Jean Binoche, da França, informou que o Governo de seu país tem todo interesse “num programa de cooperação no domínio da adaptação de obras escolares francesas no Brasil”, visando a edição de livros técnicos e didáticos para os três níveis de ensino, segundo os critérios a serem estabelecidos pelo Ministério da Educação e Cultura do Brasil. O Ministro Tarso Dutra congratulou-se, em nome do Governo brasileiro, com o Embaixador Jean Binoche, pelo êxito dos entendimentos, afirmando ser esta uma oportunidade a mais, que se renova, com vista a um maior estreitamento dos laços culturais que unem o Brasil à França.

Bolsas de Estudo na Alemanha

A Fundação Alexander von Humboldt acaba de publicar relatório de suas atividades em 1967. Nêle o presidente da entidade, Prof. Werner Heisenberg, salienta a contribuição no campo do intercâmbio científico. Nos últimos catorze anos foram concedidas 2.100 bolsas a pesquisadores estrangeiros. Dêstes, 85% trabalham atualmente nos seus países de origem como professores universitários. No ano passado, a Fundação Alexander von Humboldt concedeu 432 bolsas, tendo sido beneficiados estudantes de vários países e, em maior número, da Tchecoslováquia e do Japão.

atos oficiais

Dec. n.º 63.057, de 30-7-68 — Autoriza o funcionamento da Escola Superior de Agrimensura Governador Magalhães Pinto, de Belo Horizonte, MG (D.O. 1-8-68).

Dec. n.º 63.072, de 5-8-68 — Autoriza o funcionamento do Curso de Desenho da Escola de Artes Plásticas de Ribeirão Prêto, SP (D.O. 7-8-68).

Dec. n.º 63.074, de 5-8-68 — Outorga concessão à UF de Goiás para estabelecer, na cidade de Goiânia, GO, uma estação de radiodifusão de sons e imagens (televisão), para fins educativos (D.O. 7-8-68).

Dec. n.º 63.086, de 6-8-68 — Autoriza o funcionamento do Curso de Engenheiros Civis, da Escola de Engenharia Mauá, do Instituto Mauá de Tecnologia de São Paulo, SP (D.O. 12-8-68).

Dec. n.º 63.087, de 6-8-68 — Concede reconhecimento ao Instituto de Belas Artes de Nôvo Hamburgo, RS (D.O. 12-8-68).

Dec. n.º 63.091, de 6-8-68 — Concede reconhecimento à Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, PR (D.O. 13-8-68).

Dec. n.º 63.093, de 6-8-68 — Autoriza o funcionamento da Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Sorocaba, SP (D.O. 13-8-68).

Dec. n.º 63.094, de 6-8-68 — Concede reconhecimento ao Liceu Musical Palestrina, de Pôrto Alegre, RS (D.O. 14-8-68).

Dec. n.º 63.097, de 6-8-68 — Autoriza o funcionamento da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Araraquara, SP (D.O. 14-8-68).

Dec. n.º 63.146, de 22-8-68 — Autoriza o funcionamento do Curso de Ciências Domésticas e Educação Rural da Faculdade Salesiana de FCL de Lorena, SP (D.O. 26-8-68).

Dec. n.º 63.147, de 22-8-68 — Autoriza o funcionamento da FFCL "Barão de Mauá", em Ribeirão Prêto, SP (D.O. 26-8-68).

Dec. n.º 63.167, de 26-8-68 — Autoriza o funcionamento da FFCL de Belo Horizonte, MG (D.O. 28-8-68).

Dec. n.º 63.180, de 27-8-68 — Autoriza o funcionamento da Faculdade de Ciências Econômicas "Dom Bosco", em Resende, RJ (D.O. 28-8-68).

C. F. E.

O Dr. João Paulo dos Reis Veloso foi nomeado membro do Conselho Federal de Educação, na vaga decorrente da exoneração concedida ao Prof. Deolindo Augusto Nunes do Couto, cujo mandato completará (D.O. 14-8-68).

O Prof. Deolindo Augusto Nunes do Couto foi nomeado membro do Conselho Federal de Cultura (D.O. 30-8-68).

Diretores

Foram nomeados Diretor:

— da Faculdade de Farmácia da UF do Rio de Janeiro, o Prof. Jayme Pecegueiro Gomes da Cruz (D.O. 6-8-68).

— da Faculdade de Ciências Econômicas da UF de Minas Gerais, o Prof. Rodolfo de Abreu Bhering (D.O. 26-8-68).

